



Número: **0836422-02.2016.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **25/07/2016**

Valor da causa: **R\$ 5.568,75**

Assuntos: **SEGURO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JUSCELINO DE OLIVEIRA RAMALHO (AUTOR)		FRANCISCO ASSIS FIDELIS DE OLIVEIRA FILHO (ADVOGADO) LUARA GABRIELLE ALVES DOS SANTOS FIDELIS (ADVOGADO)	
MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
4510878	25/07/2016 16:10	Petição Inicial	Petição Inicial
4510887	25/07/2016 16:10	DPVAT - INICIAL - Juscelino de Oliveira Ramalho	Documento de Comprovação
4510890	25/07/2016 16:10	Procuração	Procuração
4510893	25/07/2016 16:10	Documentos 01 - Juscelino de Oliveira Ramalho	Documento de Comprovação
4510899	25/07/2016 16:10	Documentos 02 - Juscelino de Oliveira Ramalho	Documento de Comprovação
4551443	01/08/2016 16:58	Despacho	Despacho
9651385	12/09/2017 13:44	Certidão	Certidão
22104229	18/06/2019 16:43	Decisão	Decisão
25208295	10/10/2019 17:09	Expediente	Expediente
25208296	10/10/2019 17:09	Mandado	Mandado
25415313	17/10/2019 17:59	Devolução de Mandado	Devolução de Mandado
25415333	17/10/2019 17:59	17.10 0836422.02.2016.815.2001	Devolução de Mandado

Em anexo.



**AO JUÍZO DE DIREITO DA
____ VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL - PB**

JUSCELINO DE OLIVEIRA RAMALHO, brasileiro, casado, agente penitenciário, portador do RG nº 1.824.333 - 2ª via SSP/PB e CPF nº 025.499.734-10, residente e domiciliado à Rua Jane Vieira, 209, Ernani Sátiro, João Pessoa - PB, CEP 58080-672, endereço eletrônico (luara@fidelisadv.com), por seus advogados subscritores, com endereço profissional à Rua Rodrigues de Aquino, 55, Centro, João Pessoa - PB, vêm à presença de Vossa Excelência, propor a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO -
DPVAT**

em desfavor da **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 61.074.175/0001-38, com endereço à Av. Presidente Epitácio Pessoa, 723, Bairro dos Estados, João Pessoa - PB, CEP 58030-000, o que faz pelos fundamentos fáticos e jurídicos abaixo articulados:

Paraíba
João Pessoa
Rua Rodrigues de Aquino, 55, Centro
CEP 58.013-030
Tel.: (83) 3566.3006

contato@fidelisadv.com

Maranhão
São Luís
Praça Gomes de Sousa, 490, Sala 107, Centro
CEP 65010-250
Tel.: (98) 3082.7466

1/6



1. DA JUSTIÇA GRATUITA

Consoante vaticina os artigos 3º, e 4º, da Lei 1060/50, o Autor pleiteia os benefícios da assistência judiciária gratuita, tendo em vista que sua situação econômica não lhe permite, atualmente, pagar custas do processo e honorários advocatícios, sem prejuízo de seu sustento e de sua família.

2. DOS FATOS

No dia 29/07/2012, por volta das 07h50, o Autor foi vítima de acidente de trânsito enquanto trafegava em uma motocicleta de marca HONDA TORNADO e placa MOF9545/PB, pela Rua Ex-Combatente Assis Luiz, sentido Ernesto Geisel/Valentina, nesta cidade.

Em decorrência do acidente de trânsito, foi resgatado pelo Corpo de Bombeiros e encaminhado ao Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena. No seu atendimento médico foi constatado que o Autor apresentava trauma em membros superiores e membro inferiores e trauma em face.

A parte Promovente, em decorrência do acidente de trânsito ocorrido, de posse da documentação exigida em Lei, procurou uma das seguradoras conveniadas à FenSeg, para receber a indenização pelo acidente de trânsito ocorrido, **tendo recebido o valor de R\$ 7.931,25 (sete mil novecentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos)**, valor este muito aquém da gravidade das lesões permanentes e do estabelecido em Lei.

Sendo assim, não restou alternativa ao Promovente senão pleitear a justa indenização a ele devida, no que tange ao seguro obrigatório DPVAT, em razão da invalidez permanente do grave acidente de que foi acometido, em observância à disposição contida no inciso II, do artigo 3º, da Lei nº 6.194/74 alterado pela Lei nº 11.482/2007.

Paraíba
João Pessoa
Rua Rodrigues de Aquino, 55, Centro
CEP 58.013-030
Tel.: (83) 3566.3006

contato@fidelisadv.com

Maranhão
São Luís
Praça Gomes de Sousa, 490, Sala 107, Centro
CEP 65010-250
Tel.: (98) 3082.7466

2/6



3. DO DIREITO

A cobertura do seguro obrigatório – DPVAT – abrange os casos de indenização por morte ou por invalidez permanente e de reembolso de despesas médico-hospitalares, objetivando proporcionar a todas as vítimas de acidentes automobilísticos indenizações pelos danos sofridos.

Para o recebimento do seguro DPVAT, nos termos do art. 5º da Lei 6.194/74, com as alterações dadas pela Lei 8.441/92, basta que se comprove o acidente e o dano dele decorrente.

No caso em deslinde, observa-se a presença dos dois requisitos mencionados em lei. Primeiramente, o Autor foi vítima de acidente de trânsito ocorrido enquanto trafegava pela Rua Ex-Combatente Assis Luiz, sentido Ernesto Geisel/Valentina, nesta cidade.

Ademais, e para assegurar que lhe é devido justa indenização, o acidente resultou em invalidez permanente, como bem demonstrado por laudos médicos em anexo.

Por assim ser, o Promovente preencheu todos os requisitos do art. 5º da Lei 6.194/74, quais sejam: prova do acidente de trânsito e o dano oriundo dele.

Sobre isso, a jurisprudência dominante, seguindo orientação do STJ:

AGRAVO INTERNO. MONOCRÁTICA NA QUAL NEGOU-SE SEGUIMENTO À APELAÇÃO CÍVEL MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE. DESPROVIMENTO. Para pagamento da indenização referente ao seguro DPVAT, exige a Lei 6.194 de 19 de novembro de 1974, em seu artigo 5.º, a simples prova do acidente e do dano dele decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00025857920128150141, 3ª Câmara Especializada Cível, Relatora

Paraíba
João Pessoa
Rua Rodrigues de Aquino, 55, Centro
CEP 58.013-030
Tel.: (83) 3566.3006

contato@fidelisadv.com

Maranhão
São Luís
Praça Gomes de Sousa, 490, Sala 107, Centro
CEP 65010-250
Tel.: (98) 3082.7466

3/6



DESA. MARIA DAS GRAÇAS MORAIS GUEDES , j. em 27-10-2015)
(grifo nosso)

APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA SEGURO DPVAT. COMPROVAÇÃO DO ACIDENTE DE TRÂNSITO DEMONSTRADA. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. **Para o pagamento da indenização securitária DPVAT é necessária a comprovação do acidente de trânsito e do dano decorrente, conforme o art. 5.º, caput, da Lei 6.194/74.** O autor juntou cópia do boletim de ocorrência e de prontuário médico de urgência, pelo que é afastada a hipótese de impossibilidade jurídica do pedido, pois suficientemente instruída a inicial. A correção monetária incide a partir da data do evento danoso. Os juros de mora deverão incidir a partir da citação. (TJ-MG - AC: 10325130001424001 MG, Relator: Amorim Siqueira, Data de Julgamento: 30/07/2014, Câmaras Cíveis / 9ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 06/08/2014) (grifo nosso)

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT - COMPROVAÇÃO DO ACIDENTE E DO DANO DECORRENTE - EFETUADA - LAUDO PERICIAL PARTICULAR - PROVA NÃO IMPUGNADA - INVALIDEZ PERMANENTE - DANO CORPORAL PARCIAL - SINISTRO OCORRIDO DEPOIS DA ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELA LEI Nº. 11.482/2007 E PELA LEI 11.945/09 - QUANTUM PROPORCIONAL. **Nos termos do artigo 5º da Lei nº 6.194/74, para que a vítima faça jus ao recebimento de indenização por invalidez referente ao seguro obrigatório, basta a comprovação da prova do acidente e do dano decorrente, ônus do qual se desincumbiu o autor.** Nos termos do art. 333, II do CPC, compete ao réu provar a existência de fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor. O julgador não está adstrito ao laudo pericial, entretanto, é este o meio de suprir a carência de conhecimentos técnicos para a apuração dos fatos, mormente quando a elucidação do feito depender de conhecimento técnico. (TJ-MG - AC: 10647140033257001 MG , Relator: Edison Feital Leite, Data de Julgamento: 28/05/2015, Câmaras Cíveis / 15ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 09/06/2015) (grifo nosso)

Desta feita, a parte Demandante, manejando o seu *jus postulanti*, direito garantido a qualquer cidadão brasileiro, previsto na Lei Maior, Constituição Federal, vem buscar a tutela jurídica do Poder Judiciário para obter o que é seu de Direito.

Paraíba
João Pessoa
Rua Rodrigues de Aquino, 55, Centro
CEP 58.013-030
Tel.: (83) 3566.3006

contato@fidelisadv.com

Maranhão
São Luís
Praça Gomes de Sousa, 490, Sala 107, Centro
CEP 65010-250
Tel.: (98) 3082.7466

4/6



4. DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer a total **procedência** da ação, nos seguintes termos:

a) a **citação da empresa seguradora**, na pessoa do seu representante legal, a fim de que, querendo, compareça na audiência de conciliação e apresente sua defesa, no tempo devido, sob pena de lhe ser decretada a sua revelia;

b) a **concessão do benefício da assistência judiciária gratuita**, tendo em vista que o Autor não apresenta, atualmente, condições financeiras suficientes para arcar com as custas processuais sem comprometer o seu sustento e da sua família, nos termos da Lei de nº 1.060/50;

c) requer a **dispensa da audiência de conciliação**, conforme o art. 334, § 4º, I, §5º, do Código de Processo Civil, já que a matéria necessita da realização de perícia médica;

d) a **condenação da Ré ao pagamento da indenização**, no valor de R\$ 5.568,75 (cinco mil quinhentos e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos), acrescidos de juros e correção monetária;

e) a condenação da Ré ao **recolhimento de custas** e **pagamento dos honorários advocatícios**, a critério deste douto Juízo;

f) que as **intimações** aos autores sejam feitas nas pessoas dos seus procuradores judiciais **Francisco Assis Fidelis de Oliveira Filho, Luara Gabrielle Alves dos Santos Fidelis**, no endereço do timbre.

Protesta provar o alegado por todos os meios em Direito admitidos.

Dando-se à causa o valor de **R\$ 5.568,75** (cinco mil quinhentos e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos).

Paraíba
João Pessoa
Rua Rodrigues de Aquino, 55, Centro
CEP 58.013-030
Tel.: (83) 3566.3006

contato@fidelisadv.com

Maranhão
São Luís
Praça Gomes de Sousa, 490, Sala 107, Centro
CEP 65010-250
Tel.: (98) 3082.7466

5/6



Francisco Assis Fidelis de Oliveira Filho
Luara Gabrielle Alves dos Santos Fidelis
João Fidelis de Oliveira Neto



Advoga deferimento.
João Pessoa, 25 de julho de 2016.

Francisco Fidelis Filho
OAB/PB 14.83

Luara dos Santos Fidelis
OAB/PB 15.216

Paraíba
João Pessoa
Rua Rodrigues de Aquino, 55, Centro
CEP 58.013-030
Tel.: (83) 3566.3006

contato@fidelisadv.com

Maranhão
São Luís
Praça Gomes de Sousa, 490, Sala 107, Centro
CEP 65010-250
Tel.: (98) 3082.7466

6/6



PROCURAÇÃO AD JUDICIA

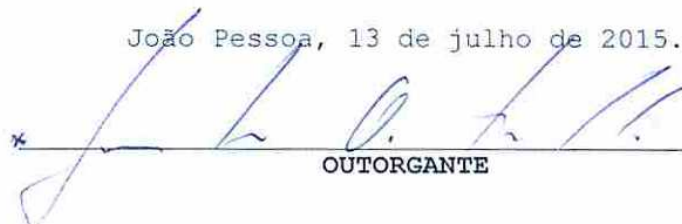
OUTORGANTE: JUSCELINO DE OLIVEIRA RAMALHO, brasileiro, casado, agente penitenciário, CPF 025.499.734-10, RG 1824333 SSP/PB, residente e domiciliada na Rua Jane Vieira, 209, Ernane Satyro, Conj. Esplanada I, João Pessoa - PB, pelo presente instrumento particular de procuração, nomeia e constitui seu procurador,

OUTORGADO: FRANCISCO ASSIS FIDELIS DE OLIVEIRA FILHO, brasileiro, casado, advogado, OAB/PB 14.839, JOÃO FIDELIS DE OLIVEIRA NETO, brasileiro, casado, advogado, OAB/PB 16.366 e LUARA GABRIELLE ALVES DOS SANTOS FIDELIS, brasileira, casada, OAB/PB 15.216, estabelecidos à Rua Rodrigues de Aquino, 55, Centro, João Pessoa - PB.

PODERES: a quem confere poderes com a cláusula ad judicium para, como seus advogados, representar o outorgante perante toda e qualquer entidade pública ou privada, podendo representá-lo em qualquer juízo, instância ou tribunal, judicialmente ou extra judicialmente, com poderes especiais para confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber intimações, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, receber e dar quitação, substabelecer, com ou sem reserva de poderes, tudo precedido de expressa autorização do outorgante, dando tudo justo, perfeito, firme e valioso.

CONTRATO: Concomitantemente com os poderes acima outorgados, o Outorgante aceita pagar aos advogados contratados honorários correspondentes a 30% (trinta por cento) do proveito econômico auferido pelo autor da ação (ou por composição amigável) apuradas em procedimento de execução, com as devidas atualizações até final pagamento, facultado aos advogados contratados requerer nos autos, que lhes sejam pagos diretamente os honorários a que lhe faz jus, por dedução da quantia a ser recebida pelo Constituinte, ora Contratante (art. 4º, Lei nº 8.906/94). Fornecimento de documentos e informações necessários ao bom e rápido andamento da ação, por conta do outorgante. As partes contratantes elegem o foro da cidade de João Pessoa - PB, para dirimir qualquer ação oriunda deste contrato.

João Pessoa, 13 de julho de 2015.


OUTORGANTE

Paraíba
João Pessoa
Rua Rodrigues de Aquino, 55, Centro
CEP 58.013-030
Tel.: (83) 3566.3006

contato@fidelisadv.com

Maranhão
São Luís
Praça Gomes de Sousa, 490, Sala 107, Centro
CEP 65010-250
Tel.: (98) 3082.7466

1/1





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
GERÊNCIA EXECUTIVA DE POLÍCIA CIVIL METROPOLITANA
DELEGACIA DE ACIDENTES DE VEÍCULOS DA CAPITAL
Praça Firmino da Silveira, S/N, Varadouro - CEP. 58.010-170 - Fone: (83) 3218-5334



BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL Nº 2118/2012.

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze, nesta cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, na Delegacia de Acidentes de Veículos da Capital, sob a responsabilidade do Delegado de Polícia Fernando Barbosa de Carvalho, comigo escrivão de seu cargo, ao final assinado, aí por volta das 09:00h, compareceu o (a) Senhor (a): **JUSCELINO DE OLIVEIRA RAMALHO**, brasileiro, natural de Salvador/BA, casado, com 36 anos de idade, Agente Penitenciário, Ensino Médio, filho de João Arnou de Oliveira e de Hortelina Bezerra de Oliveira, RG. 1.824.333-SSP/PB, residente na Rua Jane Vieira, nº 209, Esplanada I, nesta capital, o (a) qual notificou o seguinte: QUE, no dia 29/07/12, por volta das 07:50h, quando conduzia a motocicleta de marca HONDA/TORNADO, de placa MOF-9545/PB, pela Rua Ex Combatente Assis Luiz, conjunto Ernesto Geisel, nesta capital, no sentido Ernesto Geisel/Valentina de Figueiredo, foi colidido de frente pelo veículo de marca FIAT/PALIO, de placa MNO-7876/PB, conduzido por José Henrique Santos da Silva, o qual trafegava no sentido contrário, tendo o notificante sofrido politraumatismo, sendo socorrido para o Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena onde se submeteu a procedimentos médicos; QUE, diz o notificante que a pessoa de **PAULO SERGIO RODRIGUES DE OLIVEIRA**, brasileiro, natural de João Pessoa/PB, solteiro, com 39 anos de idade, Pedreiro, Alfabetizado, filho de Genilda Rodrigues de Oliveira, RG. 1.396.526-SSP/PB, residente na Rua Cloves Santana do Rosário, nº 118, Cristo Redentor, nesta capital, que se encontrava como carona na motocicleta, sofreu fratura do punho direito e ferimento corto contuso no tornozelo esquerdo, sendo também socorrido para o Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena onde se submeteu a procedimentos médicos. Por este motivo notificou o fato. O referido é verdade, dou fé.

João Pessoa (PB), 07 de dezembro de 2012

Notificante

Carlos Antônio Duarte Félix
Escrivão de Polícia Civil
Mat. 135.682-8



Escrivão

FUTUROSEG REGULAÇÃO DE SINISTROS	
16 AÇO. 2013	5
PÁGINA: _____	



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

7153
P. 917

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDAR EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
SERIAL 1.824.333-24V4
NOME JOSECELINO DE OLIVEIRA RAMALHO
FILHO João Arnou de Oliveira
Morteletina Bezerra de Oliveira
Salvador - BA
NATURALIDADE
Cert. Nascim. 259796-11s. 208-11VA05
Data de Nascimento 09.09.1976
Data de Emissão 025.499.734-10
Data de Validade 02/12/2013
Data de Exatidão 02/12/2013
Data de Impressão 02/12/2013
Data de Registro 02/12/2013
Data de Emissão 02/12/2013
Data de Exatidão 02/12/2013
Data de Impressão 02/12/2013
Data de Registro 02/12/2013

FUTUROSEG
REGULAÇÃO DE SINISTROS

1004037 16 AGO. 2013

PÁGINA: 12

DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO

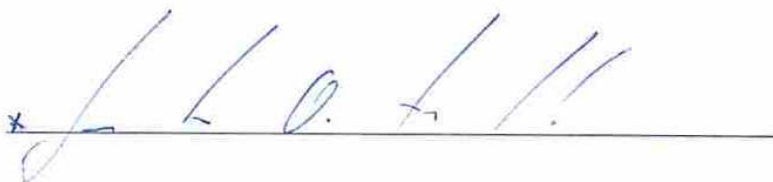


Declaração de Hipossuficiência

Eu, **JUSCELINO DE OLIOVEIRA RAMALHO**, brasileiro, casado, agente penitenciário, CPF 025.499.734-10, RG 1824333 SSP/PB, residente e domiciliada na Rua Jane Vieira, 209, Ernane Satiro, Conj. Espalanada I, João Pessoa - PB, declaro que, em função de minha condição financeira, não tenho condições de arcar com o pagamento das custas processuais, sob pena de implicar em prejuízo próprio e de minha família, nos termos do art. 5º, LXXIV, da Constituição da República e da Lei nº 1.060/50.

Por ser a expressão da verdade, assumindo inteira responsabilidade pelas declarações acima e sob as penas da lei, assino a presente declaração para que produza seus efeitos legais.

João Pessoa, 13 de julho de 2015.



13/07/2015

... FuturoSeg ...

DETAHES DO PROCESSO

Número Sinistro: 2013/500319 Garantia: 02 - Ipa / Invalidez
Categoria:
Data Sinistro: 29/07/2012 Data Recepção: 15/08/2013 Data Rateio: 06/09/2013
Seguradora: MBM - Seguradora Angariador: Iranildo Muniz Claudino
Preparador: Atendimento (Apoio)
Analista: Thais Ayuki Inoue
Situação: Pago
Filial: MBM Serviços de Seguros Protocolo: 0

DATAS DE ENVIO

Data de Envio 19/08/2013 Nº Carta 107

VÍTIMAS

Vítima JUSCELINO DE OLIVEIRA RAMALHO Estado
Endereço: jane vieira ,209 - ernani satiro - joao pessoa -
Cep: 58.080-672
Telefone

BENEFICIÁRIOS / PAGAMENTOS

Beneficiário o mesmo
CPF/CNPJ 02549973410
Data Rateio 00/00/0000 Data Pagamento 00/00/0000
Agência 4020-7 Conta Corrente 28750-4
Banco Banco do Brasil Tipo Conta Conta Corrente
Valor Indenização 7.931,25 Valor Nota Fiscal 0,00 Data Pagamento 04/09/2013
Valor Reanalise 0,00 Valor Nota Fiscal 0,00 Data Pagamento 00/00/0000
Valor Reanalise 2 0,00 Valor Nota Fiscal 0,00 Data Pagamento 2 00/00/0000
Valor Reanalise 3 0,00 Valor Nota Fiscal 0,00 Data Pagamento 3 00/00/0000
Valor Pleiteado 13.500,00
Diferença 5.568,75

CORRETORA

Código 1
Nome Iranildo Muniz Claudino
Responsável iranildo muniz claudino
Endereço Rua joao teixeira de carvalho 401 sala 04
Telefone (83) 8890-4343
E-mail irandpvt@hotmail.com ; laci-fernandes@hotmail.com

l; charset=utf-8,%3Ctable%20width%3D%22770%22%20border%3D%220%22%20align%3D%22center%22%20cellpadding%3D%220%22%20 1/1





POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA
COMANDO DO POLICIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA
BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO - BPTRAN
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO



DADOS DO ACIDENTE

Nº BAT 3247 - 2012	Responsável pelo Levantamento do Acidente: Normando Barbosa Júnior	Posto/Graduação: CB PM
Rua, Avenida, Cruzamento, Rodovia, KM, Trecho da Rodovia: Ex. Combatente Assis Luiz		Município: João Pessoa
Hora: 07:50		UF: PB
Data/Ocorrência 29/07/2012	Dia da Semana Domingo	C/S Vítima (QT) Com / 02
Natureza do Acidente Colisão		Tempo Bom
Tipo de pavimento Asfalto		Condições/Via Seca
Envolvidos no acidente (Quantidade) 2 veículos		
Controle do tráfego no local Via de Mão Dupla		

CONDUTOR 01

Nome Josélinho de Oliveira Ramalho	Sexo Masculino	Nascimento 09/09/1976	RG 1824333
Endereço Rua Odilon Nelson Dantas, 89 - Funcionários - João Pessoa PB - Tel.(083)8650-3876			
Habilitação 20/01/1997	Categoria AD	Registro CNH N.º 02870572931	U.F. PB
Exame de Embriaguez Alcoólica Não		Ex.méd./Dia Sim	Data Vencimento 20/01/2017
Comportamento do Condutor Socorrido no Hospital de Trauma		Usava cinto Sim	Usava Capacete Sim

VEÍCULO 01

Marca Honda / Tornado	Espécie Motocicleta	Placa MOF-9545	Categoria Particular	Município João Pessoa	U.F. PB
Nome do Proprietário Josélinho de Oliveira Ramalho					
Seguradora DPVAT	Bilhete N.º 9640245645	Renavan N.º 98487935-8	Data da Emissão 24/05/2012		
Efeitos Nada constatado					

VERSÃO DO CONDUTOR 01

Ouvido no dia 06/08/2012 e declarou que: trafegava na via "A" no sentido Funcionários II / Valentina, quando o V2 trafegava no sentido contrário do V1 atingindo o mesmo, de repente sem sinalizar saindo da faixa contrária invadindo a faixa do V1.

CONDUTOR 02

Nome José Henrique Santos da Silva	Sexo Masculino	Nascimento 27/02/1989	RG 3321412
Endereço Rua Cidade de Itabaiana, 247 - Cidade Verde - João Pessoa PB - Tel.(083)8793-8199			
Habilitação 04/06/2008	Categoria AB	Registro CNH N.º 04374659188	U.F. PB
Exame de Embriaguez Alcoólica Sim		Ex.méd./Dia Sim	Data Vencimento 11/07/2016
Comportamento do Condutor Permaneceu no local		Usava cinto Sim	Usava Capacete 16 AGO. 2013

VEÍCULO 02

Marca Fiat / Palio	Espécie Automóvel	Placa MNO-7876	Categoria Particular	Município João Pessoa	U.F. PB
Nome do Proprietário Aurílio Pereira dos Santos					
Seguradora DPVAT	Bilhete N.º 9670726838	Renavan N.º 923638318	Data da Emissão 04/06/2012		
Efeitos Nada constatado					

VERSÃO DO CONDUTOR 02

Condutor declarou que: trafegava na via "A" no sentido Valentina / Funcionários II, quando o V1 trafegava na contramão de direção, onde tentou desviar do V1, indo para outra faixa e consequentemente o V1 também, não avendo como evitar o impacto.



CONTINUAÇÃO DO BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO Nº 3247

VÍTIMA 01

Nome Joselino de Oliveira Ramalho	Sexo Masculino	Nascimento 09/09/1976
Endereço Rua Odilon Nelson Dantas, 89 – Funcionários - João Pessoa PB		
Ferimentos	Viajava no Veículo Nº 01	Usava capacete Sim
Condição da Vítima Condutor	Conduzida Para Hospital de Trauma	

VÍTIMA 02

Nome Paulo Sergio Rodrigues de Oliveira	Sexo Masculino	Nascimento 31 anos
Endereço Rua Clóvis Santana Robério, 118 - Cristo - João Pessoa PB		
Ferimentos	Viajava no Veículo Nº 01	Usava Capacete Sim
Condição da Vítima Passageiro	Conduzida Para Hospital de Trauma	

CONSTATADO

Constatado quando do levantamento que: o impacto se deu na via "A" na faixa que trafegava o V1, onde o V1 foi conduzido ao BPtran para complemento de Boletim, e o V2 foi conduzido ao BPtran pelo Art. 165 do CTB.

CONCLUSÃO:

Após análise minuciosa dos dados contidos neste boletim de acidente de trânsito, a comissão chegou à seguinte conclusão: Que o condutor 02, o senhor **José Henrique Santos da Silva**, não agiu de acordo com que está descrito no artigo 34 das normas gerais de circulação e conduta e desta forma infringindo ao artigo 169 do CTB (Código de Trânsito Brasileiro), dando causa ao acidente.

Artigo 38. Antes de entrar à direita ou à esquerda, em outra via ou em lotes lindeiros, o condutor deverá:

Inciso II - ao sair da via pelo lado esquerdo, aproximar-se o máximo possível de seu eixo ou da linha divisória da pista, quando houver, caso se trate de uma pista com circulação nos dois sentidos, ou do bordo esquerdo, tratando-se de uma pista de um só sentido.

Parágrafo único. Durante a manobra de mudança de direção, o condutor deverá ceder passagem aos pedestres e ciclistas, aos veículos que transitem em sentido contrário pela pista da via da qual vai sair, respeitadas as normas de preferência de passagem.

Artigo 197. Deixar de deslocar, com antecedência, o veículo para a faixa mais à esquerda ou mais à direita, dentro da respectiva mão de direção, quando for manobrar para um desses lados:

Obs.: Que o condutor 02, o senhor **José Henrique Santos da Silva**, infringiu ao artigo 165 do CTB (Código de Trânsito Brasileiro).

Artigo 165. Dirigir sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência:

João Pessoa - PB, 06 de Agosto de 2012.

Luiz Ubiratan de Oliveira 2º SGT PM
Membro da Comissão

Jackson Alves Barbosa SD PM
Membro da Comissão

Normando Barbosa Júnior CB PM
Responsável Pelo Levantamento





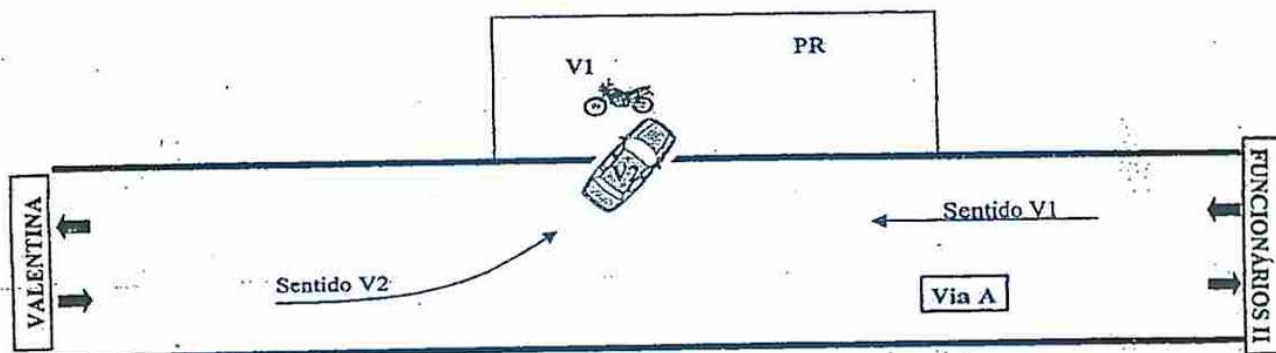
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA
COMANDO DO POLICIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA
BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO - BPTRAN
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO



CROQUI DO BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO Nº 3247 / 2012

AMARRAÇÕES

VIA "A" - Rua Ex-combatente Assis Luiz
PR (Ponto de Referência) Oficina Mecânica
PA (Ponto de Amarração) Guia do meio fio
V1 (Veículo 01) Eixos Dianteiro Esquerdo 2,60 e Traseiro Esquerdo 1,50 metros para (PA)
V2 (Veículo 02) Eixos Dianteiro Direito 1,50 e Traseiro Direito 3,80 metros para (PA)



DESENHO ILUSTRATIVO NÃO OBEDECE ESCALA

AVARIAS





ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
BATALHÃO DE BUSCA E SALVAMENTO
COMPANHIA REGIONAL DE ATENDIMENTO PRE-HOSPITALAR
AV. ORESTES LISBOA S/N CONJ. PEDRO GONDIM CEP-58031-090
FONE: 3216-5751 - JOÃO PESSOA/PB

CERTIDÃO DE OCORRÊNCIA Nº. 092/ 2012

Certifico que revendo as fichas de ocorrências atendidas no dia 29/07/2012, conforme requerimento nº 097/12, solicitado pela pessoa interessada, consta que foi socorrido (a) por volta das 07h50min o/a Sr (a) **JUSCELINO DE OLIVEIRA RAMALHO**, RG 1.824.333 SSP/PB, vítima de Acidente de Trânsito (*Colisão Carro x Moto*), ocorrido na Rua Ex-Combatente Assis Luiz, no bairro João Paulo II, nesta cidade de João Pessoa/PB. Que as guarnições das viaturas de prefixos AR-23 e AR-25, tendo como chefes o SUB TEN BM Mendes e o SGT BM Demilson, respectivamente, constatarem no local da ocorrência que a vítima, conduzia a motocicleta e fazia uso de capacete, encontrava-se na posição decúbito ventral, consciente e orientada, apresentando laceração na parte frontal da cabeça, suspeita de fratura fechada de tibia e escoriações pelo corpo. Que após os procedimentos de imobilização, a guarnição da viatura de prefixo AR-23 a transportou em prancha rígida para o Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena.

Para constar, eu, Elizabeth Gurjão Leôncio Pinheiro - SD BM Matr. 523.935-4, Auxiliar da BM-1/C.R.A.P.H., digitei a presente certidão, que vai assinada por mim e pelo Comandante da Subunidade.

Companhia Regional de Atendimento Pré-Hospitalar em João Pessoa-PB, 22 de Agosto de 2012.

Elizabeth Gurjão Leôncio Pinheiro
DIGITADOR

[Assinatura]
COMANDANTE DA SUBUNIDADE

FUTUROSE
REGULAÇÃO DE SINISTROS

16 AGO. 2013

PÁGINA: 8

RESGATE CBMPB - A VIDA EM PRIMEIRO PLANO





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA
DIVISÃO MÉDICA



LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE	JUSCELINO DE OLIVEIRA RAMALHO
DATA DE NASCIMENTO	09/09/76
NOME DA MÃE	HORTELINA BEZERRA DE OLIVEIRA

DADOS EXTRAÍDOS

BOLETIM DE ENTRADA N.º	652646
PRONTUÁRIO N.º	67605
DATA DO ATENDIMENTO	29/07/12
HORA DO ATENDIMENTO	08:15
MOTIVO DO ATENDIMENTO	ACIDENTE DE MOTOCICLETA
DIAGNÓSTICO (S)	POLITRAUMATISMO
CID 10	V 24 + T 06.8 + S 01.8 + S 52.5 + S 72.3 + S 96.1 + S 81.0

DOCUMENTAÇÃO MÉDICA HOSPITALAR

*10040



AVALIAÇÃO INICIAL:

PACIENTE DEU ENTRADA NESTE SERVIÇO, VÍTIMA DE ACIDENTE MOTOCICLISTICO (VEÍCULO X MOTO), RESGATADO PELOS BOMBEIROS. APRESENTANDO FERIMENTOS CORTOCONTUSOS EM SUPERCÍLIO DIREITO E ESQUERDO E TRAUMA EM MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES. AVALIADO PELO BMF, NÃO CONSTATANDO-SE FRATURAS FACIAIS. COM QUADRO DE DOR E EDEMA EM TERÇO DISTAL DE COXA ESQUERDA + LESÃO EXTENSA EM REGIÃO ANTERIOR DO JOELHO ESQUERDO E LESÃO CORTOCONTUSA EM PÉ ESQUERDO COM LESÃO DE TENDÕES EXTENSORES LONGOS DO 3º, 4º E 5º PODODÁCTILOS ESQUERDO. GLASGOW 15.

EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

RX DE FACE AP
RX DE PERNA ESQUERDA AP/P- FRATURA DIAFISÁRIA DE FÊMUR ESQUERDO- RELATO MÉDICO.
RX JOELHO ESQUERDO AP/P
RX DO PÉ ESQUERDO AP/OB
RX DO PUNHO DIREITO AP/P- FRATURA DE RÁDIO DISTAL- RELATO MÉDICO.

TRATAMENTO:

PACIENTE SUBMETIDO A TRATAMENTO CIRÚRGICO PARA COLOCAÇÃO DE TRANSESQUELÉTICA EM TÍBIA ESQUERDA + SUTURA DE LESÃO EXTENSA DO JOELHO ESQUERDO + TENORRAFIA DOS TENDÕES EXTENSORES LONGOS DO 3º, 4º E 5º PDD ESQUERDO. OPERADO POR DR. ANDRÉ SIQUEIRA (ORTOTRAUMA). EM 31/07/12 FOI SUBMETIDO A NOVA CIRURGIA COM REDUÇÃO + FIXAÇÃO + ENXERTO ÓSSEO AUTÓLOGO DO FÊMUR ESQUERDO. OPERADO POR DR. LAERCIO (ORTOTRAUMA) SUTURA DOS FERIMENTOS DA FACE PELO BMF + TERAPÊUTICA MEDICAMENTOSA + TRATAMENTO CONSERVADOR PARA FRATURA DE RÁDIO DISTAL.

FUTUROSEG.
REGULAÇÃO DE SINISTROS
16 AGO. 2013

10
PAGINA DE TRACAO

ALTA HOSPITALAR:	03/08/12 COM RETORNO AGENDADO PARA HOSPITAL 13 DE MAIO.
DATA DA EMISSÃO:	19/11/12

Dr. Joacila Braga Brandão
CRM: 1741/PB

Joacila Braga Brandão
Coordenadora do Setor de T.

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DA PARAÍBA
HOSPITAL ESTADUAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA
Laudo Médico / Resumo de Alta



Nome: JOCELYNO DE OLIVEIRA RAMALHO		Registro:			
Idade: 35	Sexo: M	Cor:	Clínica: ORTOP.	Enf: 10	Leito: 04
Data de admissão: 29/07/2012		Data da alta: 03/08/2012			
Diagnóstico inicial: FRATURA DE FÊMUR BISTAL ESQUERDO					
Diagnóstico final: FRATURA DE RÁDIO BISTAL DIREITO					
Outros diagnósticos: LESÃO EXTENSA DE JOELHO ESQUERDO					
Principais exames: RX LESÃO DE TENDÃO EXTENSOR LONGO DO 3º/4º/5º P.D.E.					
Cirurgia realizada - data e equipe: 29/07/12 - DR. ANDRÉ SILVEIRA > TRACAO ESQUELÉTICA DA OX FIBRA (E); SUTURA DA LESÃO EXTENSA NO JOELHO (E); TERAPIA DOS TENDÕES EXTENSORES					
Terapêutica medicamentosa: 407 DR. LAFRANCO / DR. DOUGLAS > TRATAMENTO CIRÚRGICO					
Anatomia patológica: DE FRATURA BISTAL DE FÊMUR ESQUERDO					
Infecção: sim () não (X) Coleta de material: sim () não () OBS: TRATAMENTO DO PÉDIO					
Resultado bacteriologia: BISTAL CONSERVAÇÃO					
Condições de alta: Melhorado (X) Removido () A pedido () Curado () Óbito ()					
Resumo clínico: história evolução, terapêutica, complicações: Reabilitação extensiva. Fratura operatória longa Otimizado para retorno 13 de Maio					
Dieta: Líquida		Orientações Pós Alta		FUTUROSEG REGULAÇÃO DE SINISTROS 16 ABO. 2013 PAGINA: 11	
Repouso: relativo em casa por, 30 dias. 60 dias.		Cuidados com a ferida operatória: lava-la com água e sabão duas vezes por dia se sentir dor, calor, vermelhidão ou inchaço no local ou se ocorrer febre, procurar imediatamente o Hospital Estadual de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena. Digo, Hospital Treze de Maio			
Medicações para casa: CEFOTRÍAX					
Retorno: Ao posto de saúde em 10/08/2012 para retirada de ponto. Ao ambulatório em 30 dias para revisão.					
João Pessoa: 03 de 08 de 12		Ass. Médico / CRM			
Este documento destina-se a aprovação de atendimento hospitalar para DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO, CONTINUIDADE DE TRATAMENTO.					



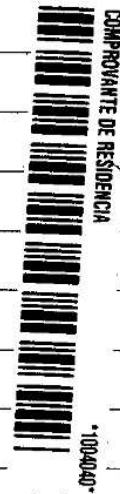
DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, JUSCELINO DE OLIVEIRA RAMALHO

RG nº 1.824.333-2 data de expedição 10/05/05, Órgão SSP/PB

CPF nº 025.499.734-10, venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	<u>RUA YANE VIEIRA</u>
Número	<u>209</u>
Apto / Complemento	<u>CASA</u>
Bairro	<u>ERMAINE SÁTIRO</u>
Cidade	<u>JOÃO PESSOA</u>
Estado	<u>PARANÁ</u>
CEP	<u>58080-672</u>
Telefone de contato	<u>(83) 8890-4343</u>
E-mail	<u>JRAMPVAT@HOTMAIL.COM</u>

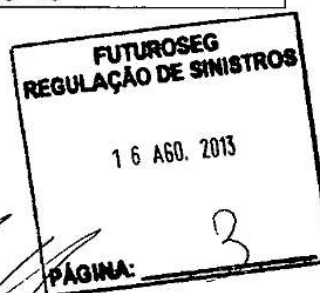


Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: JOÃO PESSOA, 08/08/13

Assinatura do Declarante:

[Handwritten signature]



JUSCELINO DE OLIVEIRA RAMALHO
R JANE VIEIRA 209 - ERNANI SATIRO
CEP 58080-672 - JOAO PESSOA / PB (AG: 1)

Classe: RESIDENCIAL BR Monofásica

Roteiro: 14-002-750-3280

Nº do Medidor: 00000894332

0

Referência: MAR/2012

Emissão: 27/03/2012

8102

Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica
Nº 933950

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 53071-580

CNPJ 07.095.193/0001-40 Insc. Est. 16.015.523-0

Reservado ao FISCO

12a1.c8e9.0d42.86ce.4cae.f04a.1a68.d244

Identificador para Débito Automático: 00004737441

5/473744-1

01/2012 - Conjunto - Mssurá

NOMINAL

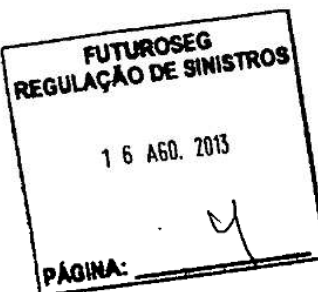
6.2

0.00

NOMINAL

220

Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei
11.083 de 20.03.2003





Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0836422-02.2016.8.15.2001

DESPACHO

Vistos, etc.

Trata-se de ação de cobrança de diferença de seguro obrigatório DPVAT movida por Juscelino de Oliveira Ramalho em face de Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A. Defiro a gratuidade judiciária ao autor. Quanto à citação da parte ré, remeta-se o feito ao Centro de Conciliação e Mediação deste Fórum Central para que proceda à realização de audiência de conciliação, observando-se os prazos ali previstos, bem como os atos necessários, oficiando-se também ao Coordenador do Centro de Conciliação informando da necessidade de disponibilização de pauta. Passados 30 (trinta) dias sem resposta do aprazamento, considerando o princípio da duração razoável do processo, bem como a impossibilidade deste juízo de avocar para si as audiências de conciliação sob pena de inviabilizar o funcionamento desta unidade judiciária, determino a citação da parte ré, nos exatos termos do art. 335 do N C P C . Intime-se e cumpra-se.

JOÃO PESSOA, 28 de julho de 2016.

Josivaldo Félix de Oliveira

Juiz de Direito





Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

Número	do	Processo:	0836422-02.2016.8.15.2001
Classe:		PROCEDIMENTO	COMUM (7)
A s s u n t o :			[S E G U R O]
Polo ativo:	AUTOR:	JUSCELINO DE	OLIVEIRA RAMALHO
Polo passivo:	RÉU:	MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A	

CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins que, por determinação do(a) Juiz(a) Coordenador(a) de Centro de Conciliação e Mediação, que o referido Centro não realizar audiências nas ações de cobrança de seguro obrigatório DPVAT, uma vez que já existem os Mutirões DPVAT, motivo pelo qual deixo de cumprir o despacho retro e faço os autos conclusos para as devidas providências. Dou fé.

JOÃO PESSOA, 12 de setembro de 2017
WALESKA VIDAL LOPES





Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0836422-02.2016.8.15.2001

DECISÃO

Vistos, etc.

Cite-se o réu para contestar no prazo de 15 dias, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial. Da análise da inicial, já verifico a necessidade de prova pericial.

Intime-se a parte ré para, no prazo de dez dias, depositar em conta judicial o valor designado, correspondentes aos honorários periciais. Não se realizando o depósito, serão considerados verdadeiros, salvo prova documental em contrário, os fatos aduzidos na inicial, pertinentes às lesões e sequelas sofridas pelo autor.

Nomeio perito o Dr. Antonio Vituriano, médico ortopedista, telefones (83) 99996-1529, (83) 3034-6219, e-mail: antoniovituriano@outlook.com. Fixo o valor dos honorários periciais no patamar de R\$ 200,00 (duzentos) reais em razão do convênio celebrado entre a Seguradoras e o TJPB.

Após, intime-se o perito nomeado para dizer dia, hora e local para a realização do exame clínico para fins de perícia, que deve ser aprazado com antecedência de 60 dias, e fixando o prazo de 20 (vinte dias) para a entrega do laudo, a contar da data do exame clínico. Desde já, formulo os seguintes quesitos: 1- Quais as lesões sofridas pelo autor? 2- As lesões decorreram de acidente de veículo? 3- Essas lesões tornam algum membro ou função deficiente? 4- Totalmente ou em parte? 5 Em que percentual? 6- Das lesões resulta incapacidade para o trabalho ou incapacidade fisiológica? 7- A incapacidade é temporária ou permanente? 8- Das lesões resultam redução da capacidade laboral ou fisiológica? 9- A incapacidade, se parcial, é completa em relação à parte do corpo afetada ou é incompleta? 10- No caso de invalidez parcial incompleta, a repercussão da lesão é intensa (75% ou mais), média (50%), leve (25%) ou residual (10% ou menos)? Intime-se a parte ré para indicar assistente técnico e apresentar outros quesitos diferentes dos formulados por este juízo, no prazo de contestação.

A parte autora já teve tal oportunidade na inicial. Os quesitos devem ser apresentados em duas vias para serem entregues em secretaria, além da via de protocolo do advogado, sendo uma via para ficar no processo e outra via para ser remetida ao perito. Após apresentado o laudo, intemem-se as partes para se pronunciarem sobre o mesmo, no prazo comum de 15 (quinze) dias e informarem se têm interesse em audiência de conciliação, bem como expeça-se alvará para levantamento dos honorários periciais. Solicitada por ambas as partes audiência de conciliação, a secretaria apraze a audiência. Se somente uma parte ou nenhuma requerer a realização de audiência de conciliação, e cumpridas as diligências acima determinadas, tragam-me conclusos para sentença.

JOÃO PESSOA, 18 de junho de 2019.

Josivaldo Félix de Oliveira

Juiz de Direito





Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0836422-02.2016.8.15.2001

DECISÃO

Vistos, etc.

Cite-se o réu para contestar no prazo de 15 dias, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial. Da análise da inicial, já verifico a necessidade de prova pericial.

Intime-se a parte ré para, no prazo de dez dias, depositar em conta judicial o valor designado, correspondentes aos honorários periciais. Não se realizando o depósito, serão considerados verdadeiros, salvo prova documental em contrário, os fatos aduzidos na inicial, pertinentes às lesões e sequelas sofridas pelo autor.

Nomeio perito o Dr. Antonio Vituriano, médico ortopedista, telefones (83) 99996-1529, (83) 3034-6219, e-mail: antoniovituriano@outlook.com. Fixo o valor dos honorários periciais no patamar de R\$ 200,00 (duzentos) reais em razão do convênio celebrado entre a Seguradoras e o TJPB.

Após, intime-se o perito nomeado para dizer dia, hora e local para a realização do exame clínico para fins de perícia, que deve ser aprazado com antecedência de 60 dias, e fixando o prazo de 20 (vinte dias) para a entrega do laudo, a contar da data do exame clínico. Desde já, formulo os seguintes quesitos: 1- Quais as lesões sofridas pelo autor? 2- As lesões decorreram de acidente de veículo? 3- Essas lesões tornam algum membro ou função deficiente? 4- Totalmente ou em parte? 5 Em que percentual? 6- Das lesões resulta incapacidade para o trabalho ou incapacidade fisiológica? 7- A incapacidade é temporária ou permanente? 8- Das lesões resultam redução da capacidade laboral ou fisiológica? 9- A incapacidade, se parcial, é completa em relação à parte do corpo afetada ou é incompleta? 10- No caso de invalidez parcial incompleta, a repercussão da lesão é intensa (75% ou mais), média (50%), leve (25%) ou residual (10% ou menos)? Intime-se a parte ré para indicar assistente técnico e apresentar outros quesitos diferentes dos formulados por este juízo, no prazo de contestação.

A parte autora já teve tal oportunidade na inicial. Os quesitos devem ser apresentados em duas vias para serem entregues em secretaria, além da via de protocolo do advogado, sendo uma via para ficar no processo e outra via para ser remetida ao perito. Após apresentado o laudo, intem-se as partes para se pronunciarem sobre o mesmo, no prazo comum de 15 (quinze) dias e informarem se têm interesse em audiência de conciliação, bem como expeça-se alvará para levantamento dos honorários periciais. Solicitada por ambas as partes audiência de conciliação, a secretaria apraze a audiência. Se somente uma parte ou nenhuma requerer a realização de audiência de conciliação, e cumpridas as diligências acima determinadas, tragam-me conclusos para sentença.

JOÃO PESSOA, 18 de junho de 2019.

Josivaldo Félix de Oliveira

Juiz de Direito





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
1ª Vara Cível da Capital

PROCESSO Nº 0836422-02.2016.8.15.2001
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
[SEGURO]

AUTOR: JUSCELINO DE OLIVEIRA RAMALHO
RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO (RÉU)

De ordem do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Capital manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, **CITE** a parte ,Nome: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A - Endereço: Avenida Presidente Epitácio Pessoa_**, 723, Estados, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58030-000, por todos os atos do processo acima e para, querendo, contestar no prazo de 15 dias, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial.

Da análise da inicial, já se verificou a necessidade de prova pericial. Assim, fique ainda **INTIME** da nomeação do perito conforme art. 465, NCPC, bem como para, no prazo de dez dias, depositar em conta judicial o valor correspondente aos honorários periciais, fixados no patamar de R\$ 200,00 (duzentos reais), em razão do Convênio nº 015/2014-TJ/PB celebrado entre a Seguradoras e o TJPB. Não se realizando o depósito, serão considerados verdadeiros, salvo prova documental em contrário, os fatos aduzidos na inicial, pertinentes às lesões e sequelas sofridas pelo autor, bem como para indicar assistente técnico e apresentar outros quesitos diferentes dos formulados por este juízo, no prazo de contestação.

JOÃO PESSOA, em 10 de outubro de 2019.

WALESKA VIDAL LOPES

477.371-3

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:
1607251608579660000004439293



CERTIDÃO

Certifico e dou fé que em cumprimento ao presente mandado, me dirigi ao endereço ali indicado, e aí sendo, **CITEI E INTIMEI a parte Ré, MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A**, na pessoa de sua funcionária, Liliane Carneiro, que ficou ciente de todo o conteúdo do mandado, momento em que assinou no anverso deste, recebendo a contrafé.

Diante do exposto, devolvo o mandado ao Cartório para os devidos fins.

João Pessoa, 17 de Outubro de 2019.

Roseanne Carneiro dos Santos Caldas

Mat.: 470.676-5 - Oficiala de Justiça





**ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
1ª Vara Cível da Capital**

PROCESSO Nº 0836422-02.2016.8.15.2001
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
[SEGURO]

AUTOR: JUSCELINO DE OLIVEIRA RAMALHO
RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO (RÉU)

De ordem do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Capital manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, **CITE** a parte ,Nome: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A - Endereço: Avenida Presidente Epitácio Pessoa **, 723, Estados, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58030-000, por todos os atos do processo acima e para, querendo, contestar no prazo de 15 dias, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial.

Da análise da inicial, já se verificou a necessidade de prova pericial. Assim, fique ainda **INTIME** da nomeação do perito conforme art. 465, NCPC, bem como para, no prazo de dez dias, depositar em conta judicial o valor correspondente aos honorários periciais, fixados no patamar de R\$ 200,00 (duzentos reais), em razão do Convênio nº 015/2014-TJ/PB celebrado entre a Seguradoras e o TJPB. Não se realizando o depósito, serão considerados verdadeiros, salvo prova documental em contrário, os fatos aduzidos na inicial, pertinentes às lesões e sequelas sofridas pelo autor, bem como para indicar assistente técnico e apresentar outros quesitos diferentes dos formulados por este juízo, no prazo de contestação.

JOÃO PESSOA, em 10 de outubro de 2019.

WALESKA VIDAL LOPES

477.371-3

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:
1607251608579660000004439293

MAPFRE Seguros
Liliani Carneiro
Emissão Em Geral
Tel. (83) 3244-3339

MAPFRE Seguros
Liliani Carneiro
Emissão Em Geral
Tel. (83) 3244-3339
17-10-19
09:30

10/10/2019 18:39



Assinado eletronicamente por: **WALESKA VIDAL LOPES**

10/10/2019 17:09:41

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **25208296**



19101017093936300000024383876

Imprimir

10/10/2019 18:39

